



DATA DA REUNIÃO: DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.---

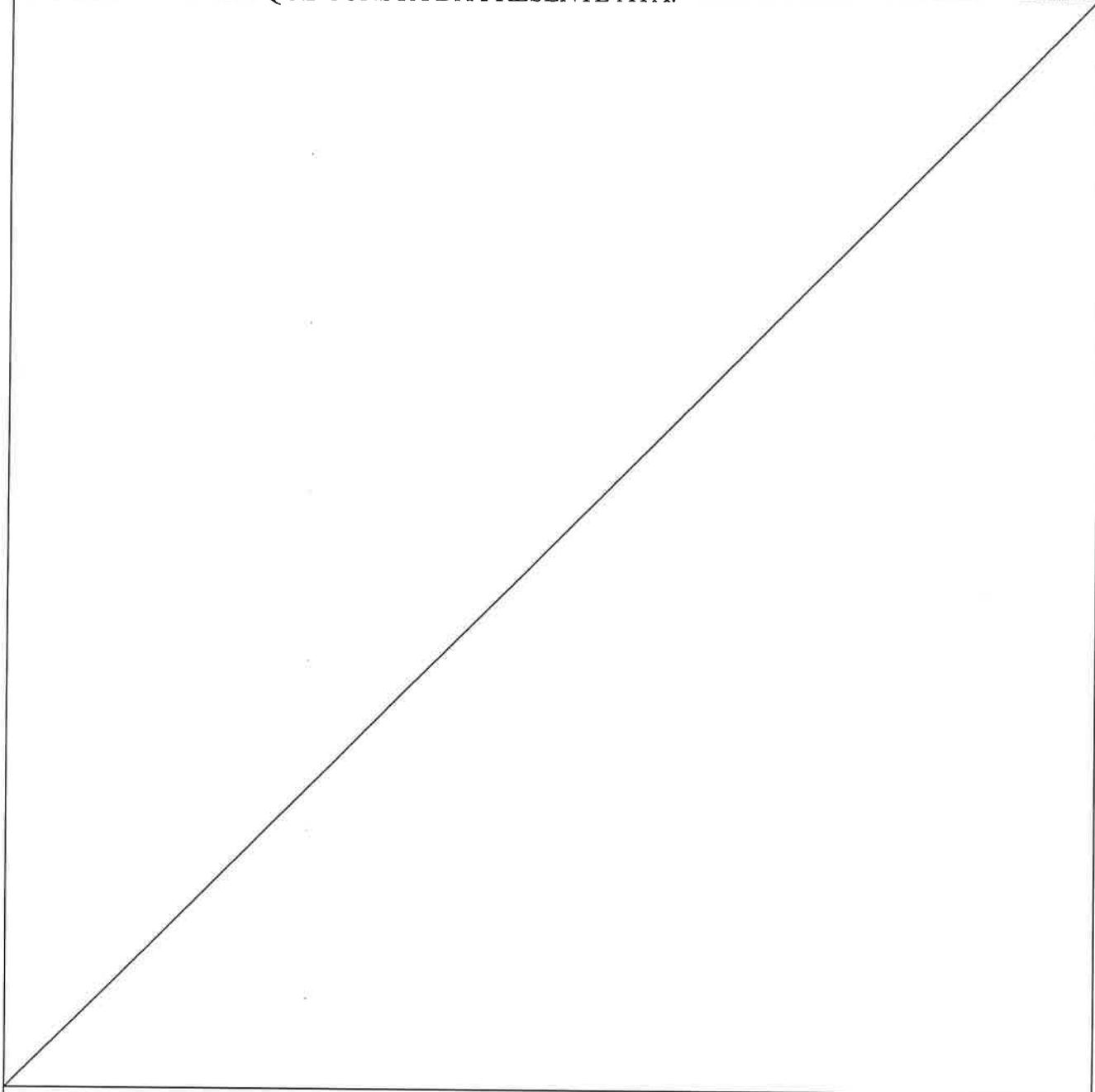
HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----





Handwritten marks: a blue arrow pointing up and to the right, and a blue signature or initials.

**ENTROU-SE DE IMEDIATO NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ASSUNTO
PREVIAMENTE INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA
CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

4



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18/ABRIL/2016 – ATA Nº 09

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Documentos de prestação de contas do município de Santo Tirso relativos à gerência de 2015: Aprovação

Santo Tirso, 13 de abril de 2016

O presidente,

Dr. Joaquim Couto



A

↑

1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICIPIO DE SANTO TIRSO RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2015: APROVAÇÃO.-----

Na sequência do deliberado na reunião ordinária realizada no dia catorze do corrente mês de abril, foram novamente presentes os documentos em título, dos quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, que é composto por trezentas e cinquenta e sete páginas.-----

Após análise e discussão dos referidos documentos, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar os documentos de Prestação de Contas do município relativos à gerência do ano de dois mil e quinze, e remeter à assembleia municipal para apreciação, nos termos do disposto na alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Os aludidos documentos foram postos a votação nominal, tendo sido aprovados por maioria, com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e quatro votos contra, dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

(This area is crossed out with a diagonal line)

Reunião extraordinária de 18 de abril de 2016
Prestação de Contas da Câmara Municipal relativas à gerência de 2015
Declaração de Voto



Sem deixar de registar uma melhoria nas taxas de execução de qualquer um dos instrumentos de gestão, para os vereadores do PSD-PPM o desempenho revelado na Prestação de Contas ainda está muito aquém do desejado. O executivo socialista continua a ter alguma dificuldade em se libertar definitivamente do hábito de partir de pressupostos que nunca se confirmam, o que se traduz na repetida falta de precisão no cumprimento das metas orçamentais. Já é tempo de os orçamentos do Município estarem ajustados às receitas efetivas porque essa é única forma de cumprir a Lei dos Compromissos.

Os resultados apresentados ainda estão globalmente aquém dos objetivos traçados, quer na sua componente de gestão corrente quer na componente estratégica.

A demonstração de resultados revela um desvio entre o desempenho esperado e o alcançado.

Os resultados operacionais são negativos em 2.3 milhões de euros, os resultados correntes são negativos em 1.4 milhões de euros, e o resultado líquido do exercício só não é negativo por força do recurso a resultados extraordinários, superiores a 4.8 milhões de euros, usados para "maquilhar" as contas. Esta "maquilhagem" passa por usar novamente a criação do Município da Trofa fazendo refletir nos resultados extraordinários um valor de 1.8 milhões de euros relativos a juros de mora e penalidades contratuais sobre uma verba que ronda 9.9 milhões de euros. No entanto, todo este raciocínio é prematuro e pouco consistente porque antecipa uma receita futura e incerta, uma vez que este valor está dependente do desfecho de uma decisão judicial.

Manda a prudência que se deva criar imparidades para cobranças duvidosas em processos judiciais.

Na análise da execução orçamental constatamos que apenas foi cumprido cerca de 85% do objetivo previsto. E se este valor foi atingido, unicamente à Lei dos Compromissos se deve. Ainda que a contragosto foi exatamente por força desta lei que o executivo socialista melhorou as contas do Município e baixou o Prazo Médio de Pagamentos.

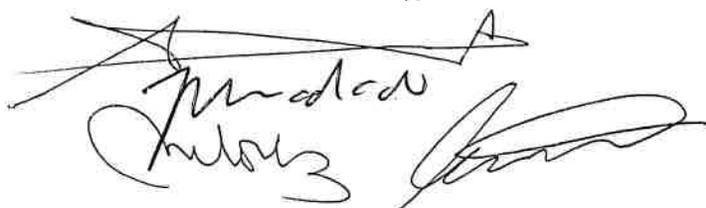
Todavia a execução orçamental está aquém do desejável, e muito distante daquilo que é o esforço feito pelos munícipes para cumprirem com os impostos diretos, que tiveram uma taxa de execução de 106%, tendo a taxa de execução do IMI atingido 115,6%. Também nos impostos indiretos a taxa de execução situou-se nos 112,7%.

O que o Município dá com uma mão retira com as duas. A Câmara financiou-se nos munícipes arrecadando mais 450 mil euros em Impostos e Taxas, face ao ano anterior.

Se por um lado a Prestação de Contas demonstra a apetência do Município para superar os objetivos na cobrança de impostos, nos compromissos assumidos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades Municipal (PAM) não se cumprem os objetivos. O investimento nas freguesias ficou muito aquém das legítimas expectativas e necessidades das populações.

Face ao exposto, não nos parece que estejam criadas as condições para que este instrumento que materializou as políticas municipais no ano anterior mereça o voto favorável dos vereadores do PSD-PPM.

Santo Tirso, 18 de abril de 2016.





Handwritten initials and a signature in blue ink.

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO
(Prestação de contas relativas ao exercício de 2015)



A apresentação de contas é um dos momentos mais importantes da gestão autárquica, a par da apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

Para quem está comprometido com uma gestão rigorosa e transparente, a apresentação das contas relativas ao exercício de 2015 é um ato nobre e um imperativo democrático, pois é o momento de mostrar à população do concelho de Santo Tirso o que foi feito no último ano e de como foram geridos os recursos financeiros dos municípios.

É, pois, com duplo orgulho que o executivo municipal de maioria PS apresenta os resultados da gestão do exercício de 2015. Primeiro, porque o documento cumpre todos os requisitos técnicos e legais a que estão sujeitas as autarquias locais. Depois, porque as contas relativas ao ano findo são motivo de satisfação sob o ponto de vista da execução alcançada nos mais importantes parâmetros económico-financeiros.

A primeira grande conclusão a tirar do exercício de 2015 é o rigor, a transparência e o realismo, compromissos assumidos pelo executivo municipal de maioria PS quando iniciou um novo ciclo na gestão autárquica do Município em outubro de 2013.

O que o documento mostra à sociedade é que os critérios que estão subjacentes aos resultados obtidos no ano findo são realistas e rigorosos, estabelecidos em face da capacidade do Município arrecadar receita, abdicando-se assim do recurso à inscrição de receitas virtuais e passíveis de aumentar a despesa, em linha, aliás, com um dos princípios fundamentais da boa gestão: o equilíbrio orçamental entre a receita e a despesa.



Como é do conhecimento de todos, o executivo municipal de maioria PS teve de elaborar o Orçamento de 2015 num contexto de grandes incertezas em relação à evolução da economia nacional e num período da mais forte crise económico-financeira em que mergulhou o País.

Pese embora todos os constrangimentos económicos e financeiros resultantes da crise que atravessou o País, com reflexos orçamentais nas autarquias locais, o Município de Santo Tirso não deixou de honrar os compromissos políticos assumidos para com a população do concelho e plasmados no Orçamento de 2015.

O que as contas de 2015 agora confirmam é que a população do concelho de Santo Tirso pode confiar no executivo municipal de maioria PS.

De facto, o ano de 2015 permitiu consolidar o projeto político maioritariamente sufragado pela população de Santo Tirso e fortalecer os sinais positivos em matéria das medidas estratégicas adotadas pelo executivo municipal de maioria PS.

O compromisso assumido desde outubro de 2013 assentava em dois principais eixos da ação política: a Coesão Social, para fazer face às dificuldades por que passavam as famílias, aliviando-lhes o impacto provocado pelas políticas de austeridade levadas a cabo pelo anterior Governo, e o investimento, com o objetivo de criar riqueza e postos de trabalho.

Mesmo com os constrangimentos orçamentais causados pelo período recessivo que se vive no País, o Município de Santo Tirso reforçou, ao longo do ano de 2015, os apoios de natureza social, para acudir a situações de fragilidade económica e social de famílias e mesmo de instituições do concelho, dos quais se destacam:

- Alívio da carga fiscal, nomeadamente do IMI, para os agregados com 1, 2, 3 e mais dependentes a cargo, o que abrangeu cerca de 11 mil famílias do concelho de Santo Tirso;
- Redução da participação do Município no IRS cobrado pelo Estado aos munícipes;
- Passe escolar gratuito para os alunos que frequentam o Ensino Secundário;
- Lanches escolares gratuitos para todos os alunos desfavorecidos do pré-escolar e do I Ciclo;
- Mais famílias e mais alunos apoiados na aquisição de livros e material escolar;
- Atribuição de Bolsas de Estudo para os alunos que frequentam o Ensino Superior;
- Comparticipação de vacinas para a primeira infância;
- Alargamento do MIMAR à multideficiência;
- Subida da tarifa da água menos acentuada no concelho de Santo Tirso.

No plano da estratégia de captação de novos investimentos e de melhoria das condições para o desenvolvimento do tecido empresarial local, o ano de 2015 também permitiu concluir que o caminho traçado em finais de 2013 estava certo, assente num conjunto de medidas lançadas verdadeiramente amigas das empresas, nomeadamente:

- Isenções e reduções fiscais para as empresas por via do IMI, Derrama e IMT, cujas taxas no concelho de Santo Tirso estão bastante abaixo do limite máximo legal;
- Projeto de requalificação da ligação VIM/VIM, cuja empreitada vai beneficiar as acessibilidades à freguesia de Vilarinho e as empresas ali instaladas;
- Projeto de requalificação da II fase da Zona Industrial de Fontiscos;
- Requalificação da Av. Manuel Dias Machado, principal via que atravessa a antiga freguesia de S. Martinho do Campo;
- Projeto de requalificação de parte da Zona Industrial da Barca, na freguesia de Vila das Aves;
- Projeto de beneficiação das acessibilidades às zonas industriais de Fontiscos, Alto da Cruz e Ermida, objeto de duas candidaturas apresentadas a fundos comunitários;
- Investimentos realizados na modernização das redes de telecomunicações do concelho;
- Apoio às empresas na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários, no âmbito do INVEST SANTO TIRSO;
- Isenção e redução de taxas de licenciamento e operações urbanísticas;

- Agilização dos processos de licenciamento entrados na Câmara Municipal;
 - Realização de visitas às empresas sediadas no concelho;
 - Projeto de reformulação do nó de entrada e saída de Santo Tirso localizado na Ponte de Frádegas;
 - Acordo inédito com o Estado da Paraíba que prevê uma drástica redução das taxas alfandegárias aos produtos com origem em Portugal entrados naquele estado do nordeste brasileiro.
- 

Ao fim de dois anos de políticas especialmente direcionadas para o tecido empresarial, os resultados começaram a aparecer e consolidaram-se em 2015, ano em que, segundo o relatório “Norte Conjuntura” da CCDRN, a taxa de desemprego no concelho de Santo Tirso caiu 20 por cento no terceiro trimestre face ao período homólogo de 2014.

Estamos absolutamente convencidos de que, não fossem as medidas de caráter social e fiscal lançadas em 2015 e em 2014, algumas das quais inéditas no Município, e as famílias e as empresas do concelho de Santo Tirso teriam certamente sentido o impacto da crise de outra forma.

No total, o Município de Santo Tirso já abdicou, em resultado do alívio da carga fiscal por via do IMI, Derrama e IRS, de cinco milhões de euros de receita, sem contar com o valor das isenções e reduções fiscais atribuídas a projetos de especial interesse público municipal, para a captação de novos investimentos privados e para a ampliação de unidades de produção já instaladas no concelho.

Apesar de ter prescindido de uma receita fiscal de cinco milhões de euros proveniente de impostos diretos, esta rubrica cresceu mais do que despesa ao longo do ano de 2015, o que demonstra a preocupação do executivo municipal de maioria PS em cumprir com as regras do equilíbrio orçamental.

O rigor e o realismo postos na gestão do Município estão ainda bem patentes na taxa de execução orçamental alcançada na gerência do último exercício. Pela primeira vez nas últimas décadas, a execução orçamental atingiu os 85 por cento, percentagem que só não é mais elevada por força do baixo volume de transferências de capital dos fundos comunitários.

Na mesma linha histórica está a execução do Plano Plurianual de Investimentos, a mais alta de sempre, ou seja, 80 por cento do valor previsto naquele documento previsional, o que compara com os cerca de 52 por cento atingidos em 2014.

Sem recurso a financiamento bancário e sem se fazer valer do Fundo de Apoio Municipal, para o qual foi chamado, injusta e incompreensivelmente, a contribuir com uma verba de 250 mil euros/ano, o Município de Santo Tirso conseguiu um resultado económico positivo no ano de 2015 de 1,3 milhões de euros, quando, em 2014, fora negativo em 2,3 milhões de euros.

Não menos importante é a obtenção de uma poupança em despesas correntes superior a cinco milhões de euros, desmentindo algumas vezes demagógicas segundo as quais o Município de Santo Tirso estava a pôr em prática uma política orçamental despesista.

Se dúvidas houvesse quanto à preocupação do executivo municipal de maioria PS em apoiar e dinamizar o tecido empresarial local, mesmo com uma política fiscal amiga das empresas e do investimento, o indicador do Prazo Médio de Pagamento dá um forte contributo para a perceção das prioridades estabelecidas desde outubro de 2013 relativamente à forma como a Câmara Municipal se relaciona com os fornecedores, maioritariamente localizados no concelho de Santo Tirso.

Na verdade, as contas do exercício de 2015 apresentam uma drástica redução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores na ordem dos 75 por cento. No ano anterior, a Câmara Municipal pagou a 36 dias, quando, em setembro de 2013, pagava a 145 dias.

Para além de não ter recorrido a crédito externo em 2015, o Município de Santo Tirso conseguiu ainda amortizar 2,1 milhões de euros de empréstimos bancários.

Mesmo numa conjuntura particularmente difícil, com fortes restrições das receitas municipais e com a obrigação de consolidação das contas públicas, o que, mesmo assim, não pôs em causa o investimento inteligente e o alívio da carga fiscal, o executivo municipal de maioria PS manifesta-se orgulhoso com os resultados revelados pela execução orçamental de 2015, os quais refletem fielmente as opções políticas prioritariamente direccionadas para a Coesão Social e para o investimento.

Para o executivo municipal de maioria PS, os resultados apresentados nas contas de 2015 são um incentivo para manter o rumo traçado em outubro de 2013 e a prova de que o rigor, o realismo e os investimentos inteligentes e sustentáveis produzem efeitos, colocando o Município de Santo Tirso nos radares daqueles que honram os compromissos assumidos para com as populações e, ao mesmo tempo, honram os compromissos com os fornecedores e credores, sem hipotecar o futuro e sem falsas promessas.

Pelo exposto, os vereadores do executivo municipal de maioria PS votam favoravelmente as contas do exercício de 2015.

Santo Tirso, 18 de abril de 2016



A

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: onze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem catorze folhas, apenas utilizadas no anverso e um documento anexo, que eu *Fátima Adriana Saldade*

Fagathei
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 28/04/2016 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Doze da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Fagathei